
R

ESENHAS

LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia [et al.] *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 350pp.

A EXPOSIÇÃO DA DOR: DIFERENTES PERSPECTIVAS E PERCEPÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA URBANA

Edlaine de Campos Gomes

“Um assassinato é uma tragédia, mas milhares de mortes tornam-se meras estatísticas” (:313). Esta frase traz à tona o eixo que atravessa os oito capítulos desse livro, no qual se analisa uma série de eventos espontâneos ou organizados em repúdio à violência urbana na cidade do Rio de Janeiro e que culminaram no chamado “Basta! Eu quero paz”, coordenado pelo Viva Rio. O recrudescimento da violência no cenário carioca – marcado, no início dos anos 1990, pelas chacinas de Acari, Vigário Geral e Candelária, pelos “arrastões” nas praias cariocas no mesmo período – e pelo seqüestro do ônibus 174, em 2000 – deu maior visibilidade à violência e às desigualdades sociais como componentes expressivos do espaço urbano. Esses acontecimentos não ocorreram nas periferias ou em áreas escondidas do olhar da multidão. Os assassinatos e as chacinas não ocorreram nos matagais da Baixada Fluminense, nos morros ou na periferia. Não estavam delimitados pelo segredo, pelo medo ou pelo silêncio que dominam e orientam a atuação dos grupos de extermínio e do tráfico de drogas. Estavam diante dos olhos de todos, mesmo daqueles para

os quais esses tipos de violência não passavam de eventos distantes, geralmente associados à vizinhança pobre, negra e periférica.

O livro *Um mural para a Dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz* analisa com grande sensibilidade as perspectivas, percepções, emoções e reações provocadas pelos acontecimentos mencionados. A abordagem empregada pelos autores – que analisam a pluralidade de versões sobre a violência e as diferentes formas de reação a ela, em especial o denominado “Mural da Dor” – é o que caracteriza e confere importância singular ao texto. Podemos encontrar distintas versões sobre a vida e a morte dos personagens – que passaram a existir perante o olhar de todos, por meio de reconstruções de suas trajetórias pessoais – provenientes da mídia, do “Mural” montado por parentes, amigos e vizinhos das vítimas, da população em geral e mesmo dos respectivos autores.

O caso do 174 tornou-se um acontecimento exemplar da dinâmica das desigualdades sociais impressa no espaço urbano e suscitou a problematização e a busca de estratégias de reação à violência urbana. À época, foi interpretado como uma verdadeira situação-limite, que envolvia mais do que duas mortes violentas. O percurso do ônibus, que atravessa parte da Zona Sul, ligando a Rocinha à Central do Brasil, expôs a temática da violência urbana como um drama social a ser enfrentado. A maior visibilidade do extermínio ou do assassinato, pelo fato de ocorrerem em lugares centrais ou privilegiados da cidade, ou ainda, por serem exaustivamente divulgados pela imprensa, em tempo real ou através da rememoração dos acontecimentos em matérias posteriores, expõe temas críticos e impactantes para as modernas sociedades pacificadas (:109). A morte violenta e visível deveria, nesse modelo, ser relegada à reclusão e ao afastamento do cotidiano.

O extermínio das crianças e adolescentes “de rua” ocorrido na Candelária, o seqüestro e as mortes dos principais protagonistas do caso do ônibus 174, entre outras tragédias já mencionadas, assim como a exposição da morte e da dor no “Mural”, são exemplos da tensão entre exposição e anonimato. Esse fio condutor pode servir para orientar a leitura de todos os capítulos deste livro que, apesar da multiplicidade de autores e perspectivas analíticas, mas também graças a ela, se complementam e interagem, produzindo um amplo panorama sobre os acontecimentos críticos relativos à violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Analisam as violências em si e as respectivas reações a elas: individuais ou coletivas, organizadas ou não.

A primeira parte, “Da morte e da violência”, apresenta a discussão dos temas violência, morte, exposição, mídia, construção de identidade e perfis sociais, entre outros, para analisar o caso do “seqüestro do 174”. A participação e trajetória dos principais personagens envolvidos (Sandro: ora apresentado como bandido e ora como vítima das desigualdades sociais; Geisa: apresentada como refém e vítima da violência; a Polícia: como redentora e algoz; a mídia: como mediadora e participante efetiva dos eventos; as pessoas em geral: como espectadores e vítimas da violência) dão suporte à análise. O exemplo de Sandro é paradigmático: aterrorizou por horas

os passageiros do ônibus. Sua ação foi transmitida via satélite para todo o país. Ele morreu sob os “cuidados” da polícia, após o desfecho trágico do seqüestro, com a morte de Geisa. Seus múltiplos nomes – Sandro, Sérgio, Alex, Alessandro, Alex Mancha, Mancha da Candelária – parecem justificar a trajetória incerta e a identificação fluida que somente recai sobre aqueles que não possuem um lugar em uma sociedade de indivíduos. Ao ser identificado como “sobrevivente” da chacina da Candelária, sua identidade deslizou, de modo tenso, do papel de algoz para o de vítima. Não era o Sandro, mas sim um “menino de rua” que sobreviveu ao extermínio quando criança. No entanto, não escapou da violência na fase adulta. Nas interpretações sobre sua vida, levantada pela imprensa e re-elaborada pelos diferentes setores da sociedade civil, sua identidade aparece de maneira fluida e incerta: como simples “bandido” anônimo que pretendia assaltar um ônibus, monstro-seqüestrador e demoníaco, vítima da polícia e “bandido meio bobo”.

Ainda na primeira parte do livro as reações de desagravo à violência são tratadas. Elas facilmente deslizavam do fato em si para a violência abstrata e generalizada. O lugar da tragédia, a Rua Jardim Botânico, foi transformado em poucas semanas em local de memória e dor: flores e cartazes foram deixados e orações ali ocorriam espontaneamente. Era como um “velório sem corpo”. Não se tratava apenas da morte daquelas vítimas específicas, mas de um sentimento generalizado de insegurança e havia uma necessidade de compartilhar a dor. A morte no espaço público evidencia não só a violência urbana, como também a igualdade de todos diante do morrer.

No decorrer da segunda e da terceira partes, intituladas respectivamente de “Conflitos e movimentos” e “Civismo e participação humanitária”, o “Mural” é apresentado de diferentes maneiras, como: lugar de memória, espaço de socializar a dor e de pacificação interior, evento público e amplo, reativo à violência, lugar de ação, objeto estético e ainda como anticlímax. Na tentativa de produção de um sentimento coletivo de “Basta!” e de “reconciliação da cidade”, a questão da violência foi dissociada da política. Dessa forma, “a apoteose carioca da manifestação foi uma celebração unificada do desejo de paz e de amor colocado sob o signo ecumênico de uma espiritualidade generalizada: assim se jogavam definitivamente os questionamentos políticos e sociais para o lado da religiosidade familiar na qual, pensam as elites, aprazeria ao “povo” brasileiro reencontrar-se e reconhecer-se” (:64).

Nos eventos organizados, apoiados na idéia de uma “religião civil”, apostou-se numa “religiosidade fluida, que podia dispensar os vínculos institucionais” (:243). Embora não estivessem evidentes os contornos da proposta de paz desejada dentre as diversas vozes que atuam na cidade, se acreditava numa disposição geral para a paz. A fluidez e a indeterminação da proposta desconsideravam os conflitos e diferentes percepções acerca da violência. A paz e a violência não são assuntos genéricos, livres de interesses, intenções e sentidos diferenciados

para a dor. O enfrentamento da violência urbana deve considerar as ambigüidades e dilemas das questões envolvidas. Vê-se o exemplo das mães que viveram a experiência de expor seus “mortos” em praça pública sem a certeza de que a “justiça” seria feita. O “Mural” como anticlímax e decepção talvez tenha representado justamente a fluidez e transitoriedade características do Largo da Carioca, e mesmo da proposta de reação do Viva Rio. Pois, “embora as violências tenham sido afirmadas e as vítimas reconhecidas, nem os desdobramentos, nem as considerações sobre a legitimidade das causas defendidas foram enfrentadas” (:188).

O “Mural da Dor” é interpretado como demonstração singular da reação à violência e da proposta do “Basta!”. Expor a dor através de fotografias das vítimas num grande painel para evocar a paz era o objetivo dos organizadores, assim como transformar as dores individuais e múltiplas em uma dor coletiva. No entanto, essa mudança não se dá de modo tão simples. A participação da instituição policial e de familiares de policiais mortos em serviço, expostos ordenadamente para representar a corporação no “Mural da Dor”, tornou-se um exemplo singular do risco de se encarar a violência de forma genérica.

A intenção pacificante de abrandamento do conflito, ou “desarmamento dos espíritos”, não funcionou no compartilhamento forçado de familiares de vítimas da violência policial com familiares de policiais vítimas da violência. A proposta de uma adesão genérica à paz não enfrenta a percepção dos diretamente envolvidos, que vivenciam a perda de entes próximos. Para eles, a violência não é compreendida de forma genérica. Mães e parentes de vítimas da violência policial não desejavam partilhar sua dor com aqueles que representavam os supostos responsáveis por sua produção, e vice-versa. Essa dinâmica envolve um sistema de acusações recíprocas, pelo fato de a “polícia” ter seu papel social continuamente questionado, principalmente pela efetiva participação de parte de seus integrantes – a chamada “banda podre” – nos assassinatos, na contravenção e nas chacinas. Não é raro ouvirmos frases cotidianas que ressaltam o caráter ambíguo da força policial, como: “tenho mais medo da polícia do que de ladrão”.

O objetivo de “pacificar as almas”, que tinha como principais suportes as “mães de vítimas de violência”, desconsiderou as tensões sociais existentes. A dor pela perda permanece, mas o Mural se desfez. As chacinas, as balas perdidas, as mortes silenciosas dos moradores de rua, a atuação dos grupos de extermínio, a violência policial e o tráfico de drogas continuam fortemente presentes no cotidiano das grandes cidades. Pacificar quem? Essa é a pergunta que fica. A análise mostra, por exemplo, o quanto a associação da Rocinha como lugar de violência foi rechaçada por seus moradores, que evocaram a oposição entre favela/negativa e comunidade/positiva para denotar o “orgulho do local e de si próprios”. No mesmo sentido, podemos lembrar da denúncia dos moradores da Baixada Fluminense sobre o *apartheid* sócio-territorial ao qual ficaram expostos após os episódios dos “arrastões” no início dos anos 1990. Indiscriminadamente, passageiros da região que utilizavam transportes

coletivos que ultrapassavam as fronteiras da cidade do Rio de Janeiro eram diariamente revistados e humilhados por barreiras policiais.

A noção de “Basta! Eu quero paz” está longe de ser uma unanimidade. A exposição do sentimento coletivo relativo ao extermínio é dissonante. O mesmo *slogan* poderia ser utilizado pela parcela da população do Rio de Janeiro que aprovou o massacre da Candelária ou a morte por asfixia de Sandro. Esse é um tipo de percepção sobre a violência que opera sob uma lógica distinta, que silencia diante da ilegalidade desses atos. À época dos acontecimentos mencionados, a principal tese que conferia legitimidade ao extermínio tomava os assassinatos como um recurso de limpeza da cidade. A máxima que se ouvia, no caso do 174, era que se Sandro tivesse morrido na Candelária, o ônibus não teria sido seqüestrado e Geisa não teria morrido. Esse é um dado crítico que temos que enfrentar, pois “somos levados a considerar que, de fato, a política autoritária, discriminatória e favorável, ou na melhor das hipóteses, indiferente ao extermínio, tem muito mais apoio na sociedade do que aquela que se oporia a esta”. (:284) A proposta dos organizadores da “reação” à violência urbana e de evocação da paz, que dissociava o político e o religioso, ao considerar violência e paz como conceitos genéricos e universais, poderia produzir, de certa maneira, um discurso para “surdos”, já que o tema da não-violência só é sentido/interiorizado por aqueles que a repulsam.

A morte, o luto, a violência física e a dor, apesar de sempre presentes no dia-a-dia de todos são temas-tabus, restritos e contidos no âmbito do privado. A violência – especialmente o assassinato e o extermínio – só é significada como tragédia quando extrapola esses limites. Só se torna tragédia, deixando de ser estatística, quando é exposta e se aproxima de todos. A exposição e a proximidade da violência geram sentimentos ambíguos e diferentes níveis de identificação, cumplicidade e intimidade em relação aos personagens que a vivenciam diretamente. Esse é o risco que todos correm ao se defrontar com a temática, até mesmo os pesquisadores. A grande contribuição desse livro é expor e problematizar essa dinâmica. O tema suscita sentimentos marcantes. Justamente por isso, é improvável que o leitor passe impunemente pela série de textos que compõe esta obra.

Edlaine de Campos Gomes (edlaine@gmail.com)

Doutora em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutoranda no Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap, Bolsista FAPESP.